



# Pontos de cultura

*políticas públicas e a produção de  
uma subjetividade mais autônoma<sup>1</sup>*

*Flávia Junqueira<sup>2</sup>*

- .....
- 1 Trabalho apresentado e publicado nos anais do VII Seminário Internacional de Políticas Culturais, realizado entre os dias 17 e 20 de maio de 2016, na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro.
  - 2 Doutoranda em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), linha de pesquisa Tecnologias de Comunicação e Cultura. *E-mail*: flavinhajunqueira@gmail.com

## RESUMO

Partindo da ideia de que as políticas culturais limitam a noção de cultura, defendida por Félix Guattari, pretendemos pensar de que forma um programa de política cultural brasileiro – os Pontos de Cultura, por meio do Programa Cultura Viva – pode ser, a longo prazo, um passo para uma cultura mais autônoma, capaz de subverter a produção de subjetividade capitalística. Este trabalho não tem como objetivo defender ações de um governo específico, mas sim, lançar luz nos possíveis caminhos de autonomia que as políticas públicas deveriam seguir.

**Palavras-chave:** *Cultura Viva. Pontos de Cultura. Autonomia. Subjetividade.*

## ABSTRACT

Starting from the idea that cultural policies limit the notion of culture, advocated by Felix Guattari, we intend to think about how a Brazilian cultural policy program – the Points of Culture (*Pontos de Cultura*), through the Living Culture Program (*Programa Cultura Viva*) – can be, in the long term, a step towards a more autonomous culture, able to subvert the production of capitalistic subjectivity. This work does not aim to defend the actions of a specific government, but to shed light on the possible paths of autonomy that public policy should follow.

**Keywords:** *Living Culture Program. Points of Culture. Autonomy. Subjectivity.*

## INTRODUÇÃO

Félix Guattari, no livro *Micropolítica: cartografias do desejo* (1996), organizado por ele e Suely Rolnik a partir de sua visita ao Brasil no início da década de 1980, afirma que o conceito de cultura é profundamente reacionário, à medida que é uma maneira de separar as atividades semióticas, ou seja, de produção de sentido, em esferas pré-determinadas. Ao serem isoladas, essas atividades semióticas são padronizadas, ou, nas palavras dele, “capitalizadas para o modo de semiotização dominante”. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 15) Mais longe, ele chega a dizer que a cultura autônoma não existe no nível da produção, da criação e nem do consumo real, apenas dos mercados econômicos e do poder.

Para melhor entender a assertiva acima, lembramos os diversos sentidos de cultura que Guattari destaca no livro. A primeira ideia de cultura foi no sentido de “cultivo do espírito”, caso que ele chama de “cultura-valor” porque corresponde a um julgamento valorativo, determinando quem tem ou não cultura. O segundo sentido seria de “cultura-alma coletiva”, ligada à ideia de civilização. Esta ideia, ele explica, é um tanto ampla e ambígua, visto que foi empregada pelo partido nazista, mas também por movimentos de emancipação, por exemplo. Por fim, a outra importante utilização

do termo cultura seria no sentido de “cultura-mercadoria”. Neste sentido, não há um julgamento de valor ou uma ideia de grupo ou povo, mas há a presença de bens, como equipamentos culturais, de especialistas e todos que trabalham em tais equipamentos, além das referências teóricas e ideológicas que a área abarca, contribuindo para a circulação da cultura dentro de um sistema mercadológico. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 17)

A tese de Guattari é de que esses três sentidos de cultura permanecem presentes, complementando-se um ao outro. A produção da subjetividade capitalística<sup>3</sup> traz uma vocação universal da cultura, essencial para a construção coletiva de trabalho e controle social, mas que também precisa tolerar as minorias, as margens. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 19) Para ele, a principal característica dos modos de produção capitalísticos é que eles não funcionam unicamente no registro dos valores de ordem do capital, de troca, mas também no controle da subjetivação, o que o filósofo chama de “cultura da equivalência” ou “sistemas de equivalência na esfera da cultura”. Dessa forma, o capital ocupa-se da sujeição econômica e a cultura, da sujeição subjetiva.

A grande questão é que, uma cultura que pensa em mercado, precisa de margens convenientes, ou seja, as margens são definidas pelo próprio sistema de produção capitalística. Nas palavras do autor, “nas últimas décadas, essa produção capitalística se empenhou, ela própria, em produzir suas margens, e de algum modo equipou novos territórios subjetivos”. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 20)

A definição das margens sob o discurso da democracia está na essência da criação das políticas públicas. Definir o que se entende por cultura permite aos governos controlar as culturas

- .....
- 3 Guattari coloca o sufixo “ístico” na palavra “capitalista” para criar um termo capaz de englobar não apenas as sociedades classificadas como capitalistas, mas também setores do capitalismo periférico (ou “Terceiro Mundo”), assim como economias ditas socialistas, mas que funcionam sob “uma mesma cartografia do desejo no campo social, uma mesma economia libidinal-política”. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 15)

periféricas. E de uma maneira geral, na década de 1980, contexto da fala de Guattari, os Ministérios da Cultura se consolidavam como órgãos independentes em alguns países como Portugal, por exemplo, ou se abriam para uma cultura mais popular, como foi o caso da França.

Poder-se-ia dizer que, neste momento, Ministérios da Cultura estão começando a surgir por toda parte, desenvolvendo uma perspectiva modernista na qual se propõem a incrementar, de maneira aparentemente democrática, uma produção de cultura que lhes permita estar nas sociedades industriais desenvolvidas. E também encorajar formas de cultura particularizadas, a fim de que as pessoas se sintam de algum modo numa espécie de território e não fiquem perdidas num mundo abstrato. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 20)

Mas o que acontece de fato, para o autor, é a reprodução do conceito de cultura-valor, em meio aos conceitos de cultura-alma e cultura-mercadoria, sob uma falsa ideia de democracia que, na verdade, mantém os velhos sistemas de segregação. Este seria um discurso modernista assumido pelos ministros da Cultura e especialistas que, embora pregue a difusão da cultura no campo social, omite que essa difusão não se dá de forma justa e homogênea.

Aqui no Brasil a política cultural demonstrava seguir os passos europeus.<sup>4</sup> O Ministério da Cultura ganhou sua independência do Ministério da Educação (MEC) em 1985, a partir de um projeto pensado por Tancredo Neves, mas colocado em prática pelo seu sucessor, José Sarney. Faremos aqui um pequeno resumo das políticas culturais no país a fim de compreender um pouco melhor nosso contexto.

.....  
4 Segundo Lia Calabre, “um marco internacional na institucionalização do campo da cultura foi o da criação, em 1959, do Ministério de Assuntos Culturais da França, promovendo ações que se tornaram referência para diversos países ocidentais”. (CALABRE, 2015b, p. 4)

## RESUMO DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Como afirmado acima, o Ministério da Cultura aqui no país tornou-se independente na década de 1980, mas as políticas para a área começaram muito antes, ainda no governo de Getúlio Vargas. Entre 1934 e 1945, o ministro Gustavo Capanema, quando o órgão ainda era da Educação e Saúde (MES), com a ajuda de intelectuais como Mário de Andrade,<sup>5</sup> Manuel Bandeira, Heitor Villa-Lobos, Carlos Drummond de Andrade, entre outros, iniciou um importante processo de “construção institucional do campo da cultura”. (CALABRE, 2015a, p. 5) De uma maneira geral, foi um período em que Vargas voltou-se para a construção de instituições em setores onde o Estado ainda não atuava. Nessa época foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), que depois viraria o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), assim como o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e o Instituto Nacional do Livro (INL). Não podemos deixar de mencionar também que a radiodifusão teve grande destaque no governo Vargas, tendo ganhado uma legislação específica ainda em 1932. Em 1953 o Ministério da Educação separa-se da Saúde e torna-se Ministério da Educação e Cultura (MEC). Embora a Cultura tenha ganhado mais espaço dentro da pasta, este não foi um período relevante para o campo de fato, visto que o Estado não promoveu grandes ações, além de muito ter investido na consolidação dos meios de comunicação de massa. (CALABRE, 2015a, p. 7) Com o período da ditadura militar, a partir de 1964, em contraste com a repressão e censura do regime, foi, assim como no governo Vargas, um momento de institucionalização do campo da produção artístico-cultural, com a criação do Conselho Federal de Cultura, da Fundação Nacional de Artes (Funarte), a Embrafilme, além da

.....  
5 Vale lembrar que Mario de Andrade esteve à frente do Departamento de Cultura de São Paulo de 1935 a 1938, primeiro órgão especificamente criado para a cultura no país. (CALABRE, 2015a, p. 6)

recuperação de instituições como a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional de Belas Artes, por exemplo.

Indo ao encontro do que Guattari destaca como um problema das políticas públicas – a definição de margens e a consequente limitação do campo – podemos dizer que não foi uma coincidência que as principais medidas de políticas culturais pensadas aqui no Brasil, e também em outros países da América Latina, foram nos períodos de maior controle ideológico por parte do Estado, em governos autoritários e ditatoriais. Como nos mostra a historiadora Lia Calabre:

Vivemos, na América Latina, em uma conjuntura que guarda muito da herança do processo histórico originado na década de 1930, momento de fortalecimento e modernização dos Estados Nacionais, no qual o campo da cultura, vinculado ao da educação, também foi objeto de elaboração de políticas. Nas décadas de 1960 e 1970, podem ser identificadas novas iniciativas, por parte dos governos, em inserir a cultura no campo das políticas públicas. Em muitos países da América Latina, esse período correspondeu ao dos governos autoritários, às ditaduras militares. A partir da década de 1980, de maneira gradativa e diferenciada, as questões das políticas culturais foram sendo incorporadas aos programas de governo, dentro da perspectiva da construção de sociedades mais democráticas e menos desiguais. No século XXI, a base do conceito de política cultural foi deslocada para a da ação articulada entre o Estado e a sociedade como um todo – nas suas frações organizadas ou não. Ou seja, a premissa é a de que uma política cultural é, por essência, democrática, logo, só pode ser construída de forma participativa. (CALABRE, 2015b, p. 4-5)

Voltando à democracia, como afirmado anteriormente, Tancredo Neves tinha entre seus planos dar à Cultura um ministério próprio, plano que foi colocado em prática pelo seu sucessor José

Sarney em 1985. Foi neste período também que surgiu a primeira lei de incentivo fiscal, a Lei nº 7.505, de 1986. A medida, que ficou conhecida como Lei Sarney, recebeu muitas críticas, mas é inegável que ela funcionou como um protótipo para os modelos de financiamento público-privados tão comuns hoje. Mas a cultura ainda viria a sofrer seus piores dias. No governo Collor, em 1990, o Ministério da Cultura foi extinto, substituído por uma secretaria e seus órgãos foram redistribuídos. A Lei Sarney também foi extinta e em 1991 foi editada a Lei nº 8.313, a Lei Rouanet, que também previa o uso de incentivo fiscal para a cultura e que está vigente ainda hoje, tendo passado por algumas alterações. (CALABRE, 2014, p. 142)

O período dos governos Fernando Henrique Cardoso foi de valorização na Lei Rouanet, atraindo investidores para a cultura e, consequentemente, deixando nas mãos da iniciativa privada parte significativa do apoio à produção artística e cultural do país. A partir de 2003, com o governo Lula, tem-se a ideia de cultura como direito básico e importante pilar para o desenvolvimento da democracia. Lula nomeou o cantor Gilberto Gil como ministro da Cultura e foi a partir daí que surgiu a proposta dos Pontos de Cultura, foco de nossa observação.

### *Pontos de cultura*

Os primeiros passos dados pelo ministro Gil foram em direção à sociedade, no intuito de ouvir os diversos setores da cultura nas instâncias não só federais, mas também estaduais, municipais por meio dos seminários “Cultura para todos”. Segundo Calabre (2014, p. 144), a grande contribuição destes seminários “foi a de abrir canais de diálogos entre o MinC e os mais variados atores sociais que atuam no campo da cultura”, criando uma rede de interlocução entre os agentes envolvidos. A proposta de programa para a cultura na campanha de Lula já demonstrava uma compreensão de cultura por uma perspectiva mais antropológica, não limitada às belas artes e às letras. (COSTA, 2011, p. 26)



O grande mérito da gestão de Gil foi estar atenta à cultura digital e pensar na inserção da população não apenas pelo acesso a ferramentas, mas aos modos de produção neste contexto, como explica a pesquisadora Eliane Costa (2011, p. 16):

Tomando o computador e a internet como pontos de partida, e não como linha de chegada, o Ministério da Cultura, na referida gestão, foi além da concepção de inclusão digital como mero acesso ao computador, incorporando uma reflexão sobre os usos da tecnologia no campo cultural, bem como a perspectiva da autonomia do usuário e do fortalecimento de uma cultura de redes. Diante do quadro de desigualdade que marca, tanto a sociedade contemporânea, quanto o ciberespaço, o MinC introduziu em suas políticas públicas, no período estudado, a questão dos direitos culturais e da diversidade, procurando fortalecer as oportunidades de acesso aos meios de produção de conteúdos culturais em mídia digital, habilitando, assim, a difusão desses arquivos pela internet.

Entre as principais ações desse período está a criação do Programa Cultura Viva,<sup>6</sup> em 2004, no qual estão inseridos os Pontos de Cultura. O principal objetivo do programa é a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição da cultura. Ainda segundo Costa, ele como pilares conceituais a autonomia, o protagonismo e o empoderamento. Nas palavras da autora:

A proposta dos Pontos de Cultura inverte a lógica de atuação do Estado: em vez de levar ações culturais prontas para as comunidades, são estas que definem as práticas que desejam fortalecer, com reconhecimento e apoio do governo. Escolhidos mediante edital público dentre iniciativas já desenvolvidas por organizações da sociedade civil há pelo menos dois anos, em localidades

6 Vale ressaltar que o Programa Cultura Viva virou Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) em 2015, pela chancela da presidente Dilma Rousseff.

com precária oferta de serviços públicos e equipamentos culturais, nos grandes centros urbanos ou em pequenos municípios, e envolvendo populações de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social, os Pontos de Cultura selecionados tornam-se responsáveis por articular e impulsionar ações em suas comunidades, passando a receber recursos diretos do Fundo Nacional de Cultura – da ordem de R\$ 5 mil por mês, por três anos. (COSTA, 2011, p. 76)

Como Costa destaca acima, o valor recebido pelos Pontos selecionados é relativamente baixo, mas para grupos e coletivos que não tinham incentivo nenhum faz uma grande diferença, além da chancela do governo ser importante para que tais grupos tenham sua credibilidade e legitimidade reconhecidas pela sociedade e os poderes públicos locais. E em 2015, completos dez anos de sua criação, houve um importante avanço no programa: a possibilidade de autodeclaração como Ponto de Cultura. Ou seja, por meio de um cadastro nacional, entidades, grupos ou coletivos podem se tornar um Ponto de Cultura sem depender de uma pré-avaliação do governo.

Interessa-nos aqui chamar a atenção para a base conceitual do Programa Cultura Viva, visto que ele prega justamente o protagonismo e o empoderamento dos próprios agentes culturais, sendo este um importante passo em direção à construção de uma cultura mais autônoma, que se liberte da ideia de “cultura-valor”. Isto nos leva de volta a Guattari e a ideia de construção de subjetividade.

## **A CULTURA E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO**

Guattari prefere falar em subjetivação, ou produção de subjetividade, ao invés de ideologia, e compara esta produção a uma natureza maquínica, industrial, ou seja, essencialmente fabricada. As máquinas de produção de subjetividade variam de acordo com sua proporção. Podem ser em menor escala, territorializadas, como

numa etnia ou uma corporação profissional, ou em escala internacional, como uma produção industrial do sistema capitalístico. Essa produção de subjetividade seria a matéria-prima da evolução das forças produtivas, funcionando como uma economia coletiva do desejo. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 25) A influência na subjetividade age no íntimo dos indivíduos, alterando sua maneira de perceber o mundo e se articular como tecido urbano. Isso o permite afirmar que pensar numa revolução, numa mudança social em nível macropolítico, pode dizer respeito também à produção da subjetividade, e isso deve ser levado em conta pelos movimentos de emancipação. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 26)

A ideologia, para ele, fica na esfera da representação, quando a produção essencial do que ele chama de Capitalismo Mundial Integrado (CMI) é de uma modelização dos comportamentos, da sensibilidade, da memória, das relações sociais, sexuais e até mesmo dos fantasmas imaginários. Para além da ideia freudiana de sujeito, o filósofo prefere falar de “agenciamento coletivo de enunciação”, que não corresponde a um indivíduo ou a uma entidade social pre-determinada. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 31) São estes agenciamentos de enunciação que produzem a subjetividade, num processo que implica o funcionamento de máquinas de expressão não só de natureza infra-humana ou infrapessoal, como a percepção, a sensibilidade, o afeto, o desejo, a representação etc., mas também de natureza extrapessoal, como sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, ecológicos, entre outros.

Nas palavras do francês:

Não existe uma subjetividade do tipo “recipiente” em que se colocariam coisas essencialmente exteriores, as quais seriam “interiorizadas”. As tais “coisas” são elementos que intervêm na própria sintagmática da subjetivação inconsciente. São exemplos de “coisas” desse tipo: um certo jeito de utilizar a linguagem, de se articular ao modo de semiotização coletiva (sobretudo da mídia); uma relação com o

universo das tomadas elétricas, nas quais se pode ser eletrocutado; uma relação com o universo de circulação na cidade. Todos esses são elementos constitutivos da subjetividade. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 34)

O que Guattari afirma é que a subjetividade é manufaturada, fabricada individualmente a partir do entrecruzamento de determinações coletivas, o que não quer dizer que a subjetividade coletiva seja resultado do somatório de subjetividades individuais. Já o “processo de singularização da subjetividade se faz emprestando, associando, aglomerando dimensões de diferentes espécies”. (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 37) Enquanto o capitalismo funciona como uma máquina de produzir subjetividades, a singularização seria um caminho para a autonomia.

Voltando ao que já foi dito anteriormente, se Guattari afirma que os movimentos de emancipação devem levar em conta que uma revolução em nível macropolítico diz respeito também à produção de subjetividade, podemos dizer que os movimentos sociais e coletivos, por exemplo, capazes de afirmar outras maneiras de ser e outras percepções, são movimentos potencialmente autônomos contra a subjetividade capitalística e podem, portanto, levar a processos de singularização da subjetividade.

Numa outra perspectiva, podemos usar outros autores para afirmar a mesma lógica de funcionamento. Michael Hardt e Antonio Negri enxergam nos movimentos sociais um caminho de luta contra o sistema por dentro dele. Recorrem a Deleuze ao citarem que “pertencemos aos dispositivos e atuamos no seu seio” e complementam afirmando que “a chave da ação política hoje, a partir deste ponto de vista, envolve a luta pelo controle ou a autonomia da produção de subjetividade. A multidão se faz compondo no comum as subjetividades singulares que resultam deste processo”. (HARDT; NEGRI, 2009, p. X, tradução nossa)<sup>7</sup>

7 No original: “We belong to the *dispositifs*, and act within them. [...] A key scene of political action today, seen from this vantage point, involves the struggle over the controlor

Negri, desta vez com Maurizio Lazzarato, ao falar da classe operária, afirma que sua própria existência enquanto classe depende de uma recomposição política, um posicionamento de negação enquanto força de trabalho e afirmação de sua autonomia. (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 17)

Em outras palavras, ambos afirmam que é possível uma autonomia, partindo de dentro do próprio sistema, levar à singularização. Enquanto a economia subjetiva capitalística, segundo Guattari, leva a uma infantilização da vida diária, onde “pensam por nós, organizam por nós a produção e a vida social” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 41), fazendo com que tudo dependa da mediação do Estado – dependência essencial na subjetividade capitalística – o próprio autor, porém, coloca a criação num lugar alternativo dentro dessa lógica:

Se considerarmos o que efetivamente se passa no campo da criação artística e científica, jamais encontraremos sistemas de centralização, instituições que controlem totalmente os processos criativos. De algum modo, as produções artísticas e científicas procedem de agenciamentos de enunciação que às vezes atravessam não só as instituições e as especialidades, mas também países e até épocas. Há sempre uma espécie de multicentragem dos pontos de singularização no campo da criação. Isso não impede que haja, num momento ou noutro, um indivíduo criador ou uma escola [...]. Só na cabeça dos generais e dos déspotas da cultura é que existe a ideia de que se possa programar uma revolução, por exemplo, cultural. *Por essência, a criação é sempre dissidente, transindividual, transcultural.* (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 36, grifo do autor)

Retomando a questão dos Pontos de Cultura, embora seja um programa governamental, portanto delimitador de bordas, não

---

.....  
autonomy of the production of subjectivity. The multitude makes itself by composing in the common the singular subjectivities that result from this process”.

podemos ignorar que trata-se de uma medida que, de certa forma, subverte essa ordem capitalística a partir do momento em que dá aos grupos a possibilidade de seguirem construindo sua própria cultura, de dentro para fora. Embora Guattari afirme que não há cultura autônoma, apenas dos mercados econômicos e do poder, ele mesmo evoca a criação artística como “dissidente e transcultural”. Nesse sentido, devemos ficar atentos às ideias potentes que possam de alguma maneira, ir contra o sistema capitalístico.

De maneira crítica não podemos perder de vista que nem sempre a autonomia prevalecerá, pois cada lugar e cada grupo terão suas ideologias e interesses que muitas vezes reproduzem internamente a lógica capitalística, mas devemos lembrar também que o programa Cultura Viva permitiu que grupos como comunidades de jongo, quilombolas ou indígenas,<sup>8</sup> por exemplo, tivessem acesso a recursos que dificilmente teriam, possibilitando uma mobilização em rede com outras, semelhantes ou não, o que fortalece sua cultura e amplia os horizontes para o futuro das comunidades. Pensando a médio e longo prazo, o impacto educacional e social amplia as chances de um pensamento mais autônomo.

## CONCLUSÃO OU PONTOS DE POLINIZAÇÃO

Podemos também ligar a ação dos Pontos de Cultura à metáfora da polinização do economista Yann Moulrier Boutang. O francês usa as abelhas para exemplificar a lógica econômica atual. Na economia política tradicional, o papel das abelhas é o de produzir mel e cera, enquanto na natureza o real e indispensável trabalho das abelhas é a polinização, cumprindo uma importante função para o equilíbrio da vida na biosfera. Diante de tamanha importância, o valor da polinização das abelhas não tem preço. (BOUTANG, 2012, p. 76) Segundo Boutang, a polinização não é percebida, embora

8 .....  
A relação completa dos Pontos de Cultura do país está disponível no mapa Cultura Viva no link: <<http://culturaviva.org.br/#lat=-0.9774344238459801&lng=-48.136936988976345&zoom=4>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

represente três quartos da produção da abelha, enquanto damos importância a apenas um quarto de sua ação, representado pela produção de cera e mel.

Fazendo um paralelo com os Pontos de Cultura, enquanto agentes autônomos e empoderados, suas ações repercutem não apenas no imediatismo da chancela Estatal, mas, a longo prazo, funcionam como grandes polinizadores que expandem as linhas limítrofes impostas pelas políticas públicas. Segundo os dados do Ministério da Cultura (MinC), desde a criação do programa Cultura Viva, em 2004, foram implementados 4.500 Pontos de Cultura no país, e a meta prevista no Plano Nacional de Cultura é chegar a 15 mil pontos de Cultura em funcionamento até 2020.<sup>9</sup> Ainda estamos longe de atingir tal meta, e provavelmente não a atingiremos a tempo, mas este certamente é um bom norte. Como proposto ainda no resumo deste trabalho, não pretendeu-se aqui defender um governo específico, mas tentar enxergar uma via alternativa, valorizando uma proposta de política pública com potencial para dar uma real autonomia ao campo da cultura.

## REFERÊNCIAS

BOUTANG, Y. M. Revolução 2.0, comum e polinização. In: COCCO, G.; ALBAGLI, S. (Org.). *Revolução 2.0 e a crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. p. 75-93.

CALABRE, L. Desenvolvimento de políticas públicas culturais. In: CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES PÚBLICOS E AGENTES CULTURAIS, 2., 2015, Rio de Janeiro. *Políticas públicas de cultura*. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura [do] Governo do Rio de Janeiro, 2015a.

CALABRE, L. Panorama internacional das políticas culturais. In: CURSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES PÚBLICOS E AGENTES CULTURAIS,

9 Dados dos Pontos de Cultura disponíveis em: <<http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1>>. Acesso em: 12 dez. 2015. As metas do Plano Nacional de Cultura podem ser acessadas pelo link: <[http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS\\_PNC\\_final.pdf/](http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf/)>. Acesso em: 12 dez. 2015.

2., 2015, Rio de Janeiro. *Políticas públicas de cultura*. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura [do] Governo do Rio de Janeiro, 2015b.

CALABRE, L. Política cultural em tempos de democracia: a era Lula. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 58, p. 137-156, jun. 2014.

COSTA, E. *Jangada digital: Gilberto Gil e as políticas públicas para a cultura das redes*. Rio de Janeiro: Azougue, 2011.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Commonwealth*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.